



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 631/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1508/2010 – 22 volumes.

Apensos: Processos nºs 1507/2010 (09 Vols), 2974/2010 (14 Vols), 3964/2009 (04 Vols), 4459/2010 (11 Vols) e 5673/2009 (04 Vols).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

4- Exercício: 2009.

5- Responsável: Sr. José Antônio Ferreira de Assunção, Secretário Municipal de Administração, época – SEMAD.

6- Unidade Técnica: DICAD/MA – Informação nº 17/2013 (fls. 4373/4387).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 920/2013-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 4388/4390).

8- Relator: Conselheiro Raimundo José Michiles.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria Municipal de Administração. Exercício 2009.

Contas Regulares com Ressalvas. Quitação. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular, com Ressalvas, com fulcro no artigo 18, inciso II da L.C. 6/1991 c/c o Art.1º, II, 22, inciso II, da Lei n. 2.423/1996; e artigo 188, § 1º, inciso II, da Resolução TC nº. 4/2002, a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Administração – UG 140101, exercício de 2009, de responsabilidade do Senhor **José Antônio Ferreira de Assunção**, Secretário Municipal e Ordenador de Despesa;

9.2- Dar quitação, ao Senhor **José Antônio Ferreira de Assunção**, nos termos do artigo 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 4/2002;

9.3- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.3.1- Remeta à atual Administração da Secretaria Municipal de Administração do Município de Manaus, cópias reprográficas das Informações e Pareceres Ministeriais acima aludidos, para que adotem as recomendações ali expostas, evitando sua repetição em prestações de contas futuras as falhas ali demonstradas;

9.3.2- Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 (RITCE), adote as providências do § 1º do artigo 162 do Regimento Interno.

10- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 631/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

11- Data da Sessão: 19 de agosto de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral